



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682490 - SP (2021/0233331-2)

**RELATOR** : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**  
**IMPETRANTE** : ROSIMEIRI COSTA  
**ADVOGADO** : ROSIMEIRI COSTA - SP331140  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : SALEHE ABDALLAH MZULA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SALEHE ABDALLAH MZULA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal nº 1514456-75.2020.8.26.0228).

O paciente foi condenado às penas de cinco anos e dez meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 583 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que haveria ilegalidade na fixação do regime inicial fechado para início do cumprimento da reprimenda.

Alega que a reincidência não poderia ser utilizada para aumentar a pena e também para fundamentar o regime mais gravoso, sob pena de *bis in idem*.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o regime inicial semiaberto para cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois a Corte de origem fundamentou a fixação do regime mais gravoso com base na reincidência e na habitualidade delitiva do réu (e-STJ fl. 44).

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência